**Leis abolicionistas**

Na segunda metade do século XIX, uma série de leis abolicionistas foi sendo aprovada como forma de realizar a transição gradual até a abolição da escravatura.

As **leis abolicionistas** foram aprovadas no Brasil entre 1850 e 1888 e fizeram parte da transição gradual que o país percorreu até decretar a [abolição da escravatura](https://brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm), por meio da [**Lei Áurea**](https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-lei-aurea.htm), em 13 de maio de 1888. Nesse período de 38 anos, as grandes leis abolicionistas aprovadas foram a **Leido** **Ventre** **Livre** e a **Lei** **dos** **Sexagenários**.

**Contexto**

O período que levamos em consideração neste texto (1850-1888) teve como ponto de partida a Lei Eusébio de Queirós, que**proibia**definitivamente o**tráfico ultramarino**de escravos africanos. Por meio dessa lei, o [tráfico negreiro](https://brasilescola.uol.com.br/historiab/trafico-negreiro.htm) teve fim, e sua aplicação efetiva fez com que o número de escravos enviados para o Brasil caísse drasticamente, na década de 1850.

A Lei Eusébio de Queirós foi consequência da pressão da Inglaterra sobre o Brasil para que o tráfico negreiro fosse decretado. Essa pressão tornou-se muito grande a partir de 1845, quando os ingleses aprovaram a **Bill Aberdeen**, lei que permitia as embarcações britânicas atacarem e aprisionarem navios negreiros que estivessem no Oceano Atlântico.

Com a aprovação dessa lei, as autoridades brasileiras reprimiram efetivamente o [**tráfico negreiro**](https://brasilescola.uol.com.br/historiab/trafico-negreiro.htm)e, entre 1851 e 1856, cerca de 6.900 africanos escravizados desembarcaram no Brasil.**|1|** O debate político durante a década de 1850 ficou todo por conta das questões relacionadas com as medidas que deveriam ser tomadas para impedir a chegada dos navios negreiros ao Brasil.

Passadas as preocupações relativas à Lei Eusébio de Queirós, o debate da abolição da escravatura voltou à tona. O Brasil, junto com Porto Rico e Cuba (colônias espanholas), era um dos últimos lugares a permanecerem com a escravidão. Essa questão, aliada com as [**revoltas de escravos**](https://brasilescola.uol.com.br/historiab/a-resistencia-dos-escravos.htm), fez alguns políticos começarem a cogitar a possibilidade de que uma legislação fosse criada em prol da abolição.

Essa legislação fazia uma **transição gradual**, o que não desagradava as elites econômicas do país, sobretudo a do Sudeste, interessada em adiar, ao máximo, a abolição do trabalho escravo. Na década de 1860, começaram a ser discutidas as possibilidades de implementar-se essa transição gradual, e a primeira lei resultado desse debate foi a Lei do Ventre Livre.